


PROTOCOLO

REGISTRO GERAL LEGISL.

1368 de 12/04/1995

Anexo c/ 05 folhas

Ass. 

Publique-se Inclua-se em
pauta por cinco sessões

11/abril/1995

RICARDO TRÍPOLI - Diretor

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 40, de 1995.

Nº 40

Cria a Região Metropolitana de Itapetininga, com sede no Município de Itapetininga.

FLS. N.º 01
PROC. 1368

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1º - Fica criada a Região Metropolitana de Itapetininga, com sede no Município de Itapetininga.

Artigo 2º - A Região Metropolitana de Itapetininga constitui unidade sócio - econômica que abrange a área territorial dos seguintes Municípios: Alambari, Angatuba, Boituva, Campina do Monte Alegre, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Guareí, Itapetininga, Quadra, São Miguel Arcanjo, Sarapuí e Tatuí.

Artigo 3º - Os Municípios relacionados no artigo anterior atuarão conjuntamente, com união permanente de esforços, na organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum, especificadas pelo Conselho de Desenvolvimento e, dentre as quais se destacam:

- I - planejamento e uso do solo;
- II - transporte e sistema viário;
- III - habitação;
- IV - saneamento básico;
- V - meio ambiente;
- VI - desenvolvimento econômico;
- VII - atendimento social e
- VIII - turismo regional.

Artigo 4º - Na Região Metropolitana de Itapetininga funcionará um Conselho de Desenvolvimento com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, de caráter normativo e deliberativo,

ENTREGUE À MESM: 23738
10/04/95

composto por um representante de cada município que a integra e por representantes do Estado nos campos funcionais de interesse comum.

§ 1º - Os representantes e seus suplentes serão designados por um período de 24 (vinte e quatro) meses, sendo permitida a recondução.

§ 2º - Será assegurada a participação paritária do conjunto dos Municípios em relação ao Estado no Conselho de Desenvolvimento.

Artigo 5º - Os representantes do Estado no Conselho de Desenvolvimento serão designados pelo Governador do Estado, a partir de indicações das Secretarias a que se vinculem as funções públicas de interesse comum.

§ 1º - As indicações a que se refere o "caput" deste artigo deverão recair em servidores de reconhecida competência na respectiva função pública de interesse comum.

§ 2º - Enquanto não forem especificadas as funções públicas de interesse comum pelo Conselho de Desenvolvimento, os representantes do Estado nesse órgão serão designados em caráter provisório pelo Governador do Estado, aplicando-se após essa especificação o disposto no "caput" deste artigo.

§ 3º - A atividade dos Conselheiros será considerada serviço público relevante, devendo ser exercida sem prejuízo das funções próprias de seus titulares.

§ 4º - Poderão ser designados até 02 (dois) representantes, com os respectivos suplentes, para cada uma das funções de interesse comum.

Artigo 6º - Os representantes dos Municípios no Conselho de Desenvolvimento serão os Prefeitos ou as pessoas por eles designadas, admitindo-se a indicação de suplente.

Artigo 7º - O Conselho de Desenvolvimento terá as seguintes atribuições:

I- especificar quais são as funções públicas de interesse comum à unidade regional, levando-se em consideração aquelas já mencionadas no artigo 3º desta lei complementar;

II-aprovar objetivos, metas e prioridades de interesse regional, compatibilizando - os com os objetivos do Estado e dos Municípios que o integram;

III-aprovar os termos de referência e o subsequente plano territorial da região metropolitana;

IV-aprovar planos, programas e projetos públicos ou privados, relativos à realização de obras, empreendimentos e atividades que tenham impacto regional;

V-aprovar e encaminhar, em tempo hábil, propostas regionais relativas ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual;

VI-propor, ao Estado e aos Municípios integrantes da Região Metropolitana, alterações tributárias com as finalidades extrafiscais necessárias ao desenvolvimento regional;

VII-comunicar aos órgãos ou entidades federais que atuem na unidade regional as deliberações acerca de planos relacionados com os serviços por eles realizados;

VIII-elaborar seu regimento interno, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei complementar;

IX- deliberar sobre qualquer matéria de impacto regional.

§ 1º - O Conselho procurará compatibilizar suas deliberações com as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado para o desenvolvimento urbano e regional.

§ 2º - As deliberações do Conselho serão comunicadas aos Municípios e às autoridades estaduais responsáveis pelas funções públicas de interesse comum no prazo de 15 (quinze) dias.

Artigo 8º - A participação popular no exame dos planos, programas, projetos e propostas de interesse da unidade regional observará os seguintes princípios:

I-divulgação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da reunião em que esses serão objeto de deliberação;

II-acesso aos estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental;

III-possibilidade de representação por discordância e de comparecimento à reunião do Conselho para sustentação oral e

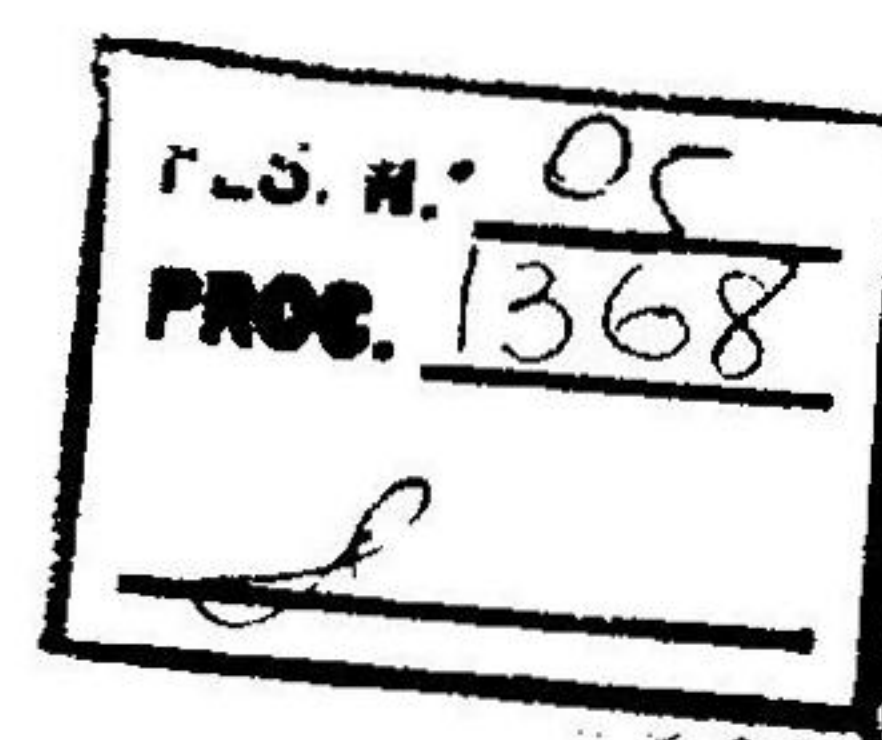
IV-possibilidade de solicitação de audiência pública para esclarecimentos.

Parágrafo Único - O Conselho de Desenvolvimento estabelecerá, em seu regimento interno, os procedimentos adequados à participação popular.

Artigo 9º - O Conselho de Desenvolvimento terá um Presidente, um Vice-Presidente e uma Secretaria Executiva, cujas funções serão definidas no regimento interno.

Artigo 10º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 11º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

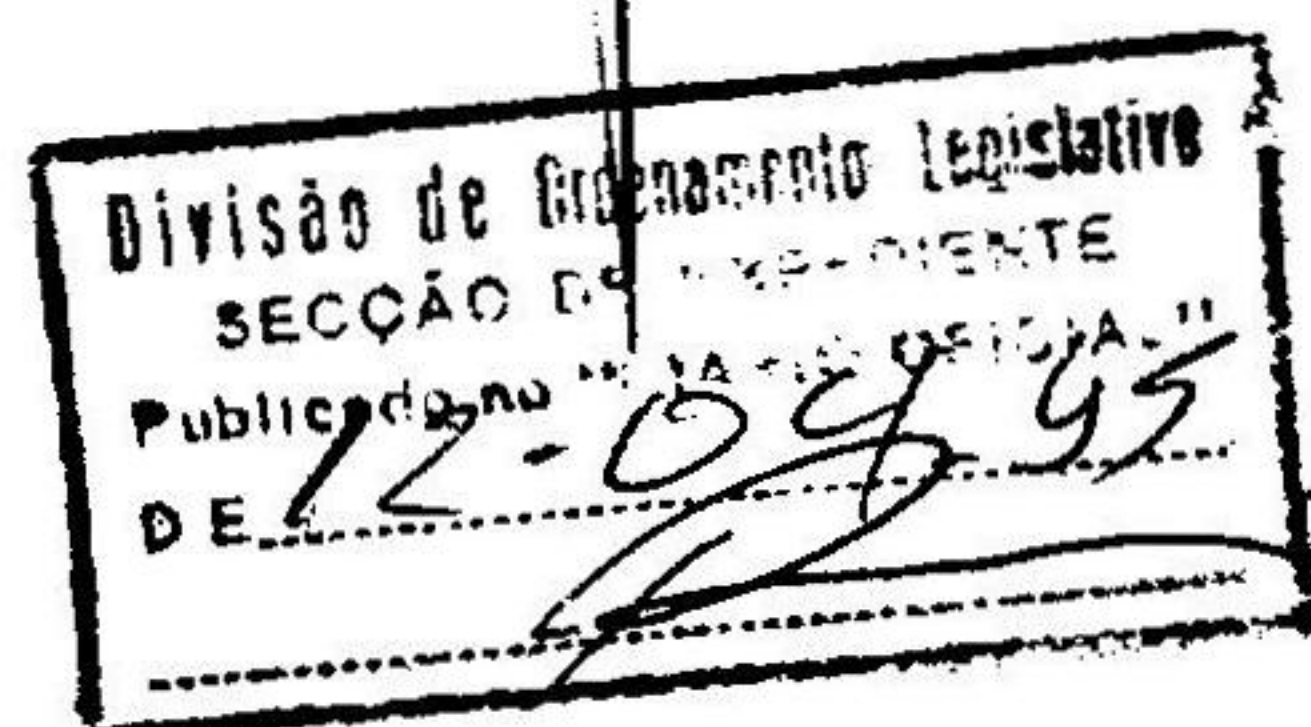
A presente propositura visa à criação da Região Metropolitana de Itapetininga, conforme disposições das Constituições Federal e Estadual, em seus artigos 25, Parágrafo 3º e 153 e 154, bem como a Lei Complementar Estadual nº 760, de 1º de agosto de 1994, que estabelecem diretrizes para a Organização Regional do Estado de São Paulo.

A organização da Região Metropolitana de Itapetininga permitirá maior integração, com vistas ao estabelecimento de metas e prioridades para a região, respeitadas as especificidades e características que lhe são peculiares e, ainda, a otimização dos recursos de que dispõe, com vistas ao efetivo desenvolvimento dos municípios que a integram.

As razões acima expostas fundamentam a apresentação do presente Projeto de Lei Complementar, que entendemos merecedor de acolhida por este Poder.

Sala das Sessões, em

Deputado MILTON MONTI



Divisão de Ordenamento Legislativo

Esta proposição contém

1 assinatura

SDC,

11 / 4

1995

Chefe de Seção

nos dias 3 de março de 1995, conforme artigo 149 da
consolidação do Regimento Interno da Câmara Municipal esteve em
sessão nos dias 415 e 499. Sessão
Ord. 24 de 4 de 1995, não tendo
substitutivo,
que seguem | 25/04/95

D. O. L. 25/4/95

As Comissões de:
I) Constituição e Justiça;
II) Assuntos Municipais;
III) Assuntos Metropolitanos;
IV) Finanças e Documentos.
25/04/95
RICARDO VENTURI - Presidente

EXPEDIENTE DAS COMISSÕES
ENTRADA
EM 28/4/95
ERQ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ENTRADA
EM 28/04/95

Secretário da Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO

ao Senhor Dep. Oswaldo Jinto
com prazo para devolução dentro de 10 dias
21/05/95

[Assinatura]
Presidente

JUNTADA

segue junta: Cota Deliber
see Plano

m 01 a partir

06
24/08/95

SECRETARIA DA COMISSÃO

1991 de 01/04/99 de 01/04/99

COPIA - RECIBO

NOME (LEGÍVEL): _____

DATA: _____ MÊS: _____ ANO: _____

ASSINATURA: _____

PROTOCOLO: _____

Arquive-se, nos termos do Art. 177
da LC 94/96. Publique-se este
Despacho.

Arquive-se, nos termos do Art. 177
da LC 94/96. Publique-se este
Despacho.

16 de abril de 1999

FELICIANO MACRIS - Presidente

Legislativo
Serviço de Organização Legislativa
Publicado no Diário Oficial
de 20.04.99

ERRATA

Divisão de Ordenamento Legislativo
Serviço de Processo Legislativo
Publicado no Diário Oficial
de 21.04.99

SECRETARIA DE LEGISLAÇÃO
Câmara dos Deputados
Brasília, 20 de abril de 1999

MARCOS VINÍCIUS MACRIS